



## ATA DA 48ª REUNIÃO EXTORDINÁRIA DO CERHI-RJ

*Aprovada na 114ª R.O. CERHI-RJ, em 29/10/2025.*

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Rio de Janeiro/RJ, com início previsto para as 13h30min, realizou-se, por videoconferência, a 46ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, que contou com a presença dos(as) senhores(as): **Membros Titulares** - Cátia Siqueira (DRM-RJ), Marina Fernandes Bez (FIPERJ), Moema Versiani (SEAS), Cauê Bielschowsky (INEA), Roberto Ricardo da Silva Moura (Prefeitura Municipal de Belford Roxo), Lívia Rodrigues Pires de Oliveira (Prefeitura Municipal de Piraí), Robson Campos (CEDAE), Julieta Laudelina de Paiva (Werner Fábrica de Tecidos), Viviane Parente (FIRJAN), José Gomes Barbosa (LIGHT), Maria Aparecida Borges (ABRAGEL), Vinícius Crespo (FECOMÉRCIO), Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA-BRASIL), Luis Felipe Cruz (Crescente Fértil), Karina de Moura Costa (ABES), José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Erika Cortines (CBH Piabanha), Dalva Rosa Mansur (CBH LSJ), Luis Paulo Silva do Nascimento (CBH BIG); **Membros Suplentes** - Humberto Yoshiharu Saito (SEAS), Larissa Ferreira da Costa (SEAS), Márcio Franco da Costa (INEA), José Armando Ribeiro Barreto (Prefeitura Municipal de Itaúna), Caroline Teixeira Lopes (Prefeitura Municipal de Quatis), Aline Silva Araujo (PROLAGOS S/A), Adriana de Lima Bocaiúva (Instituto Terrazul), Uíara Martins de Carvalho (FONASC.CBH.RJ), Paulo Tadeu Costa (CAU RJ), Adacto Benedicto Ottoni (UERJ), João Gomes de Siqueira (UENF), Luiza Figueiredo Salles (CBH BPSI), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS); **Ausência Justificada Titular** – não teve; **Ausência Justificada Suplente** – não teve; **Ausências Titulares** - Ana Larronda Asti (SEAS), Carlos Vinícius Viana Vieira (CIDENNF), Sinval Araújo (Águas do Rio), Paulo Roberto da Silva (ASSOPESCA SAHY), José Miguel da Silva (ECOCIDADE), Carlos Elysio Moreira (APEDEMA-RJ), Rosayni Aparecida Batalha (ACERDAT-RJ), Mickaela Midon da Paixão (CREA-RJ), Paulo Canedo (COPPE-UFRJ), Maria Inês Paes (CBH Macaé), Paola de Oliveira Souza (CBH Guandu); **Ausências Suplentes** - Caio Herman Teixeira de Oliveira (Prefeitura Municipal de Barra Mansa), Gisele de Souza Boa Sorte (Grupo Águas do Brasil S/A), Benjamin Benzaquen Sicsú (Ipar participações Ltda), Luiz Geraldo Ferreira (APRUSAM), Leonardo da Costa Lopes (AEARJ), Lícius de Sá Freire (CBH R2R), Halphy Cunha Rodrigues (CBH BG); **Convidados** – Elton Abel (CBH Guandu), Raquel Emerick (INEA), Isabela Andrade (INEA), Roberto Morais (ANA), Luiz Constantino (SEAS), Luiz Firmino, Raphaella Miranda, Thabata Paz, Elias Adriano (AJADES), Giselle de Menezes (INEA), Luciano Xavier (ANA), Antonio Lima, Luis Mauricio (APRUSAM), Luiz Barreti (CEIVAP), Patrick Tadeu, Gutof Lima. **Assessoria Administrativa da Secretaria Executiva CERHI-RJ:** Adriana Pizão, Alexandre Spindola e Letícia Severiano. Após verificação de quórum, o Presidente, Sr. Luís Paulo Silva do Nascimento, deu início à reunião às 14h com a seguinte pauta: **Apresentação e aprovação dos relatórios referentes às metas do Progestão, exercício 2024.** A Sra. Raquel Emerick realizou uma apresentação sobre os resultados da autoavaliação conduzida pelo INEA em relação às metas estaduais definidas pelo



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

41 programa PROGESTÃO. Durante sua exposição, ela apresentou o formulário utilizado para a  
42 autoavaliação e destacou que já existem níveis previamente estabelecidos pela Agência  
43 Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Explicou que o formulário contempla diversas  
44 variáveis que devem ser respondidas, e que os níveis de desempenho apresentam variações  
45 específicas, conforme definidos pela ANA. Cada nível possui metas correspondentes que  
46 precisam ser atingidas. Nesse processo, o INEA e a SEAS estabelecem metas que consideram  
47 adequadas de acordo a ANA, permitindo assim uma comparação entre o que foi proposto e o  
48 que efetivamente foi executado. A Sra. Raquel Emerick apresentou a variável 1.1 avaliada,  
49 denominada Organizacional Institucional. Informou que o INEA atribuiu a nota 4 a essa variável,  
50 justificando que há um organismo gestor devidamente estruturado e que as atribuições  
51 institucionais vêm sendo desempenhadas de forma adequada. No entanto, ressaltou que ainda  
52 há desafios relacionados à escassez de recursos materiais. Destacou, ainda, que para cada  
53 variável avaliada é apresentada uma justificativa correspondente, de modo a fundamentar as  
54 notas atribuídas. A variável 1.2 apresentada pela Sra. Raquel Emerick foi a Gestão de Processos  
55 na qual a anota atribuída foi 3. Explicou que o Organismo Gestor responde: processos gerencias  
56 e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecimentos (normas, manuais, rotinas,  
57 operacionais) para execução da maioria de suas atribuições institucionais, e ela disse que nesse  
58 ponto acharam que o ideal seria receber a maior nota, pois o INEA conta com sistemas  
59 consolidados de organizações gerenciais e administrativas e técnicas. A Sra. Raquel Emerick  
60 apresentou logo em seguida a variável 1.3, chamada Arcabouço Legal no qual é o conjunto de  
61 normas (leis, decretos, portarias, deliberações, resoluções, etc.) que regulamentam a ação do  
62 poder público para o gerenciamento dos recursos hídricos em âmbito estadual. Deve ser  
63 adequado à complexidade dos sistemas de gerenciamento dos recursos hídricos existentes.  
64 Assim, pressupõe-se que a regulamentação dos instrumentos necessários deve fazer frente aos  
65 desafios enfrentados pelo estado, em consonância com a tipologia de gestão adotada; sua nota  
66 foi 4, pois autoavaliação foi resumida em que há um arcabouço completo, com política estadual  
67 de recursos hídricos estabelecida por Lei, bem como a maioria dos regulamentos e normativos  
68 complementares necessários à adequada gestão. A variável 1.4 apresentada foi o Conselho  
69 Estadual de Recursos Hídricos. Ele é o órgão colegiado superior, com atribuições de caráter  
70 deliberativo ou consultivo, no âmbito dos respectivos sistemas de gerenciamento de recursos  
71 hídricos do estado. Então, com isso, a Sra. Raquel Emerick explicou que existe o Conselho  
72 constituído e atuante na gestão de águas (diversas resoluções, moções e outras decisões  
73 tomadas), e o mesmo exerce plenamente as suas atribuições previstas na legislação estadual,  
74 havendo reuniões periódicas e comparecimento satisfatórios dos seus membros, e por isso a  
75 nota dessa variável é 5, que é a maior nota dessa variável. Logo após, foi apresentada a variável  
76 1.5, que é Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados. Sua nota foi 4, que é nota  
77 máxima, pois a Sra. Raquel Emerick explicou que existem Comitês Estaduais e Organismos  
78 Colegiados de Recursos Hídricos que são associações de usuários e, com isso, ela disse que  
79 todos os Comitês foram reconhecidos e qualificados pela Política Estadual de Recursos Hídricos  
80 instituídos através de propostas do CERHI-RJ e decretos do Governo funcionando plenamente  
81 exercendo suas funções. A Sra. Raquel Emerick apresentou a variável 1.6, que foi Agências de  
82 Água ou de Bacia ou Similares, que estão exercendo plenamente as funções previstas na



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

legislação na maioria das bacias hidrográficas. Sobre a variável 1.7, que é a Comunicação Social e Difusão de Informações, ela explicou que existem diversas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão de recursos hídricos, realizadas a partir de uma base técnica profissional e de um planejamento adequado, e sua nota foi 3. A variável 1.8 apresentada por Raquel Emerick foi a Capacitação, sendo que sua nota foi 4, pois existe um plano de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, baseado em mapeamento por competências, devidamente formalizado e implementado, de modo contínuo, por um setor com atribuições específicas de planejamento e coordenação de atividades de capacitação em recursos hídricos. Quanto à variável 1.9 que é Articulação com setores usuários e transversais, ela explicou que essa variável que mede o grau de articulação do organismo gestor com os setores usuários (irrigação, indústria, abastecimento humano, geração hidroelétrica, pecuária) e com setores transversais como meio ambiente, saneamento, transportes, saúde e educação, dentre outros, e sua nota foi máxima: nota 4. A Sra. Raquel Emerick foi para a variável 2.1, que é sobre o Balanço Hídrico, e sua nota é 3, pois há um conhecimento adequado da relação entre as demandas e disponibilidades hídricas sob domínio estadual (águas superficiais e/ou subterrâneas) em todo o território, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos e há estudos que promovem o aprimoramento do conhecimento sobre as demandas e disponibilidades hídricas das águas subterrâneas. A variável 2.2 é a chamada Divisão Hidrográfica, na qual existe uma divisão hidrográfica em escala adequada e formalmente estabelecida (por Lei, por Decreto ou por Resolução do Conselho Estadual), utilizada como unidade de gestão pela área de recursos hídricos e ambiental. Em relação à variável 3.3, que se chama Planejamento Estratégico, existe um planejamento tático-operacional e estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, mas ainda há necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e as condições para sua efetiva implementação (indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas com os setores usuários e/ou transversais), foi dada nota 3 para essa variável, pois ainda está em acompanhamento. A variável 2.4 fala sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e tem a maior nota, que seria 5 nesse caso, pois existe um Plano Estadual de Recursos Hídricos vigente, e o mesmo vem sendo implementado (mais de 30% de ações implementadas). A Sra. Raquel Emerick disse que a variável 2.5 fala sobre Plano de Bacias, que tem nota máxima, que seria 4, ela disse que todos os comitês do Rio de Janeiro possuem Planos de Bacia. À variável 2.6 de Enquadramento não foi dada nota máxima, pois esse instrumento de gestão é mais incipiente, que ainda caminha em passos lentos, mas todos os comitês têm dado atenção sobre essa variável. A variável 2.7 é relacionada a Estudos Especiais de Gestão, e sua nota foi 4, pois existem estudos especiais para diversos temas de interesse da gestão em determinadas regiões ou bacias hidrográficas, e esses estudos estão atualizados e são suficientes para orientar as ações de gestão nos aspectos por ele abordados. A variável 3.1 fala sobre a Base Cartográfica que, além dos requisitos estabelecidos no Nível 3, o INEA dispõe de acervo recente de mapas da cartografia sistemática e/ou imagens de sensores remotos aerotransportados ou orbitais (data de mapeamento ou de geração das imagens até dois anos anteriores, inclusive), que permitem atualizar a geometria e os temas da base digital em formato vetorial do nível precedente, para gestão de recursos hídricos, e tem como nota de



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

autoavaliação a nota 4. A variável de Cadastro de Usuários, Usos e Interferências na qual existe o cadastro de usuários, usos e interferências para mais de 50% da demanda foi estimada com a nota 3. A Sra. Raquel Emerick lembrou que a meta estabelecida pela ONA para atingimento do nível máximo é de 50% da demanda estimada. A variável 3.3 Monitoramento Hidrometeorológico, que teve a maior nota, que foi 5, tem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes, e a cobertura é igual ou superior a 50% da rede planejada. Quanto à variável 3.4. Monitoramento de Qualidade de Água, a Sra. Raquel Emerick disse que essa variável é relacionada ao Qualiágua, que é um programa de Monitoramento da ANA, ao qual o INEA aderiu, e executado pela DIRSEQ. Ela explicou que existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, mas responde por menos de 50% dos pontos previstos na Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais (RNQA) em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALIÁGUA) e dados gerados disponibilizados ao SNIRH. Quanto à variável 3.5. Sistema de Informações, ainda é necessário avançar nesse sentido, no qual existe um processo permanente de aquisição e manutenção de informações hidrográficas e hidrológicas qualitativas (incluindo outras, como: monitoramento, cadastro de usos e usuários, outorgas, cobrança, legislação e normas pertinentes, etc.), organizadas, atualizadas, sistematizadas, validadas e integradas em banco de dados corporativo, bem como ferramentas computacionais que permitam acessá-las e analisá-las em seu conjunto, de forma a permitir sua utilização nos processos gerenciais e de regulação do uso da água, além do acompanhamento pela sociedade. A variável 3.6 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação recebeu nota 3. Ela explicou que existem ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos voltadas à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento tecnológico que resultam em inovação para o aperfeiçoamento das atividades realizadas pelo organismo gestor, as quais fazem parte de uma política permanente de PDI, mas os resultados ainda não são internalizados no cotidiano do órgão. A variável 3.7 de Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão tem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacionais em âmbito estadual, os quais estão devidamente integrados às rotinas operacionais e/ou aos processos gerenciais e finalísticos (planejamento, outorga, cobrança, etc.). A variável 3.8. relacionada à Gestão de Eventos Críticos tem nota máxima, que é 4, pois há infraestrutura e procedimentos instituídos para gestão de eventos críticos, bem como planejamento e execução de ações de prevenção e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos, existindo adequada articulação entre os atores e integração federativa para implementação dessas ações. A variável 4.1. Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos tem emissão de outorga de direito de recursos hídricos para captação de água e para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados mais de 50% da demanda estimada. Sua nota é 4. A Sra. Raquel Emerick falou sobre a variável 4.2. Fiscalização. Ela disse que existe a fiscalização dos usuários de recursos hídricos atrelados ao processo de regularização do uso da água (cadastramento, outorga) e estrutura específica para desenvolvimento das ações de fiscalização, não existindo ainda planejamento ou programação regular para fiscalização, podendo ocorrer em decorrência de denúncias. Em relação à variável





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

4.3 Cobrança, a maioria das bacias hidrográficas e os valores e mecanismos de cobrança utilizados estão atualizados e são adequados ao alcance dos objetivos do instrumento de gestão. Sobre a variável 4.4. Sustentabilidade Financeira, o sistema estadual de recursos hídricos dispõe de receita decorrente de transferências, como compensação financeira, e de fontes próprias de arrecadação (ex.: cobrança pelo uso da água, cobrança por serviços de água bruta, multas, taxas, emolumentos et.), e esse montante representa mais de 50% dos recursos financeiros necessários para garantir a sua sustentabilidade financeira. A variável 4.5. Infraestrutura Hídrica tem nota máxima, que é 3, que a área de recursos hídricos planeja e gerencia diretamente a infraestrutura hídrica existente, com a perspectiva dos usos múltiplos e da segurança hídrica para os diversos setores usuários, havendo a articulação com a operação da infraestrutura de aproveitamento de águas de domínio da União e de estados vizinhos. A variável 4.6. Fundo Estadual de Recursos Hídricos tem nota máxima, que é 5. Nessa variável já existe um Fundo Estadual de Recursos Hídricos previsto em lei, já devidamente regulamentado, recebendo os aportes previstos e operando regularmente, e a aplicação dos seus recursos está devidamente articulada com os demais processos e instrumentos de gestão sob responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos. Quanto à variável 4.7 Programas e Projetos indutores, a Sra. Raquel Emerick disse que existem programas e/ou projetos indutores para a gestão de recursos hídricos em determinadas regiões ou bacias hidrográficas (ex. incentivos fiscais, pagamento por serviços ambientais, premiação de boas práticas, etc.), os quais contam com a participação e apoio dos atores sociais e da Administração Pública. Por fim, a Sra. Raquel Emerick apresentou um resumo de cada item das variáveis apresentadas por ela anteriormente. Na planilha ela explicou que tem as notas das variáveis. O Sr. Adacto Benedicto sugeriu para que pudessem agregar para 2025 no monitoramento de vazões toda parte baixa de cada rio no seu exutório, fora da influência da maré. Ele disse para pegar a água doce e, naquele ponto, medir vazão. Ele explicou que isso é importante para descobrir a disponibilidade hídrica e até onde a população pode crescer na sua ocupação de água. É importante também para avaliar problemas de inundação. A Sra. Raquel Emerick agradeceu a sugestão e disse que seria repassada para a gestão que cuida disso, que é a de Segurança Hídrica. O Sr. João Gomes Siqueira manifestou preocupação quanto à ausência de uma distribuição uniforme do monitoramento de vazão no interior do estado. Destacou que, diante do atual cenário de emergência climática e do início da implementação do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, é fundamental fortalecer esse monitoramento. Nesse sentido, sugeriu ao INEA a instalação de uma estação simples para medição de cota, ressaltando que não se trata de uma estrutura complexa, mas, sim, de um instrumento acessível que poderia inclusive ter seus dados disponibilizados diretamente no site do INEA. Por fim, o Sr. João Gomes Siqueira reiterou que sua sugestão tem como base a percepção de que o monitoramento de vazão, especialmente nas partes baixas dos rios, não vem sendo realizado de maneira uniforme em todo o território estadual. Em resposta à sugestão do Sr. João Gomes Siqueira, a Sra. Raquel Emerick informou que já está prevista a expansão da rede hidrometeorológica no estado. Mencionou ainda que atualmente existem parcerias estabelecidas com os Comitês das Bacias do Guandu e da Ilha Grande, e destacou que o órgão está aberto à celebração de novas parcerias com outros comitês e instituições interessadas. Ressaltou, por fim, que essa



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

209 ampliação está prevista para ter início em outubro de 2026. Em seguida, a Sra. Raquel Emerick  
210 deu início à segunda fase do formulário de avaliação, composta por perguntas objetivas com  
211 respostas do tipo “sim” ou “não”. A variável 1. Organização Institucional do Sistema de Gestão,  
212 que significa Investimentos com recursos orçamentários estaduais voltados ao reforço de  
213 pessoal a ser alocado nas atividades de gerenciamento de recursos hídricos, aquisições para  
214 estruturação em termos de recursos materiais necessários ao desempenho satisfatório das  
215 atribuições das entidades integrantes do sistema estadual ou em estudos ou implementação  
216 de ações relativas a arranjos institucionais locais para a gestão das águas, tem a resposta da  
217 avaliação, que foi “não”, pois ela disse que não houve investimento nesse âmbito. A variável 2.  
218 Comunicação Social e Difusão de Informações, com Investimentos com recursos orçamentários  
219 estaduais voltados ao desenvolvimento e manutenção de ferramentas, canais e ações de  
220 comunicação em temas afetos à gestão de recursos hídricos para os públicos interno e externo,  
221 realizados a partir de uma base técnica profissional, contemplando, dentre outros, notícias,  
222 boletins informativos, organização de eventos e criação de rede de comunicadores dos comitês,  
223 página de internet com informações atualizadas sobre normativos, membros, calendário de  
224 reuniões e decisões de conselho estadual e comitês de bacia, planos estadual e de bacias de  
225 recursos hídricos, cadastro e outorga, programas em andamento, mapas temáticos de recursos  
226 hídricos, etc., tem resposta da avaliação, que foi “sim”, pois foram considerados os  
227 investimentos em comunicação social com os recursos provenientes do Fundo Estadual de  
228 Recursos Hídricos -FUNDRHI, que foram realizados pelos comitês, totalizando R\$ 4.156.554,04.  
229 A variável 3. Planejamento Estratégico, que são investimentos com recursos orçamentários  
230 estaduais voltados à elaboração e implementação de ações do planejamento estratégico com  
231 vistas a orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) no  
232 atingimento de objetivos e metas estabelecidos para a gestão de recursos hídricos,  
233 contemplando instrumentos como indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas  
234 com os setores usuários e/ou transversais, etc., teve a resposta da sua avaliação, foi “não, pois  
235 não houve investimentos relacionados a planejamento estratégico. A variável 4. Plano Estadual  
236 de Recursos Hídricos, ela disse que a resposta foi “sim”, pois teve sim investimentos nesse  
237 âmbito, e o valor declarado foi de R\$ 88.461,30, no qual foi referente ao Contrato de Elaboração  
238 do Plano Estadual de Segurança Hídrica - PESH e atualização do Plano Estadual de Recursos  
239 Hídricos - PERHI (pagamento de produtos pendentes da elaboração do diagnóstico pela  
240 empresa contratada - RHA Engenharia). Quanto à variável 5. Sistema de Informações, ela disse  
241 que a resposta foi “sim”, pois os comitês têm investido em sistemas de informações e o valor  
242 declarado foi R\$ 3.344.346,03. A variável 6. Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos,  
243 a resposta da avaliação foi “sim”, e o valor declarado foi de R\$ 124.510,07, que com os recursos  
244 provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI foram realizados os Acordos  
245 de Cooperação Técnica nº 01/2022 entre Inea e Agevap, com interveniência do CBH Médio  
246 Paraíba do Sul, e nº 01/2023 entre Inea e Agevap, com interveniência do CBH Piabanha para  
247 consolidação de base de dados de cadastro de usuários de recursos hídricos e de outorgas de  
248 uso de recursos hídricos de dominialidade estadual das Regiões Hidrográficas III e IV,  
249 respectivamente. A variável 7. Fiscalização, a resposta da avaliação é “não”, pois não houve  
250 investimentos, mas sendo o fomento a esta atividade feito por Acordos de Cooperação Técnica



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

entre a Diretoria de Pós-Licença do Inea e as Concessionárias Iguá e Águas do Rio para a regularização dos usuários com captações em fontes alternativas e lançamentos irregulares. As Superintendências Regionais do Inea também possuem Termos de Cooperação Técnica com as concessionárias de água de suas respectivas regiões hidrográficas, para fortalecimento e apoio aos setores de outorga e fiscalização. Em geral, cada termo prevê o fornecimento de carro com cota de combustível mensal, funcionários técnicos e administrativos, telefones, aparelhos GPS, impressão de documentos, etc. Em 2024, estavam vigentes 9 Termos ou Acordos de Cooperação Técnica que superariam a meta inicial de R\$ 50.000,00 para esta variável, contudo, sem repasse de recursos financeiros ao Inea. A Sra. Raquel Emerick também apresentou a Aplicação de Recursos Financeiros do Progestão do ano de 2024, destacando as iniciativas que não obtiveram reembolso e aquelas que resultaram em desembolso, que foram na realização de eventos e na execução de ações voltadas para capacitação e treinamento, e disse que o total de despesas foi R\$102.638,50. O Sr. Luis Paulo Silva sugeriu que essa apresentação fosse mostrada também nas plenárias de Comitê. No final da apresentação, os membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro aprovaram por unanimidade os relatórios de autoavaliação e autodeclaração do PROGESTÃO do exercício do ano de 2024. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Luis Paulo Silva do Nascimento agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 48ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ às 16h.

Luis Paulo Silva do Nascimento  
Presidente do CERHI-RJ

Robson Campos  
Vice-Presidente do CERHI-RJ

Ana Asti  
Secretária Executiva do CERHI-RJ

Lps/Acs./Tf. – 13/10/2025